

# MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA E HISTÓRICA

Bruna Maria Pereira Santos<sup>1</sup>

Suellen Aparecida Lopes<sup>2</sup>

Stephani Almeida da Silva<sup>3</sup>

SCHOTTEN, Paulo César<sup>4</sup>

## RESUMO

Essa pesquisa examina as características da evolução da mulher no mercado de trabalho, em um contexto em que vem sendo discutida a participação da mulher e seus perfis para vagas ocupadas, particularmente no que se refere às ocupações e aos diferenciais de rendimentos em relação aos homens. Tudo se inicia com as relações de gênero que se referem aos tratos sociais desiguais de poder entre homens e mulheres, que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher, a partir da percepção social das diferenças sexuais. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa bibliográfica histórica. O objetivo foi mostrar um pouco da história da participação da mulher no mercado de trabalho, com suas dificuldades iniciais, os avanços e conquistas realizadas por elas e a atual situação do mercado de trabalho em relação a mulher. O estudo aponta como resultado a permanência de desigualdades históricas que alimentam a luta das mulheres contra a desigualdade, contra a discriminação e contra a violência no mercado de trabalho.

**Palavras Chave:** Trabalho da mulher. Mercado de trabalho. Discriminação.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo mostrar um pouco da história da participação da mulher no mercado de trabalho, com suas dificuldades iniciais, os avanços e conquistas realizadas e demonstrar como se encontra o mercado de trabalho em relação a elas nos dias atuais, apresentando um resumo de toda a trajetória da mulher economicamente ativa, com dificuldades e conquistas.

O conhecimento aqui difundido é significativo para as organizações existentes, que empregam mulheres e diversos setores econômicos, demonstrando a esses atores a

realidade feminina e o que precisa ser modificado para que essas condições melhorem. Contribui também para as mulheres que, com a pesquisa, podem compreender e identificar as dificuldades na sua vida pessoal, podendo até encontrar uma forma de lutar contra as desigualdades no seu ambiente de trabalho.

Com o passar do tempo, como apresentam Silva Filho; Queiroz; Clementino, (2016) o papel das mulheres foi se consolidando, demonstrando que, além de mães e donas de casa, elas são profissionais de alto padrão de qualidade, rompendo paradigmas culturais e preconceitos sociais, até então impostos nas décadas passadas. Os autores apresentam também que atualmente, a participação feminina no mercado de trabalho tem crescido e se destacado cada vez mais. Além disso, na visão dos autores, diversos postos de trabalho estereotipados masculinos, hoje são ocupados por mulheres e, nessa perspectiva, percebe-se um novo cenário de participação e dominação do mercado de trabalho.

No cenário brasileiro, vale destacar que de maneira modesta e muito informal, ao longo do tempo, as mulheres começaram a participar do mercado de trabalho e, nesse período algumas conquistas vieram e também importantes benefícios, como por exemplo, a edição de importantes leis que regulam seus direitos e deveres.

O estudo histórico da participação das mulheres no mercado de trabalho e suas discriminações e explorações, em decorrência da desigualdade ainda persiste em relação às mulheres em diversos setores da sociedade, incluindo o setor profissional. Trazer e manter esse assunto em pauta, discutindo-me maneiras de mitigar as barreiras e preconceitos é uma forma de luta, o que por si só justifica a realização dessa pesquisa. Outro ponto que justifica a pesquisa é a questão da transversalidade das políticas públicas para as mulheres que também é demonstrada e trata-se de importante instrumento utilizado pelos órgãos governamentais para promover a igualdade entre os sexos e a inserção profissional da mulher.

Metodologicamente essa pesquisa realizada no primeiro semestre do ano de 2021 trata-se de um estudo bibliográfico teórico com busca de informações disponíveis e de fácil acesso no Brasil, em livros, revistas, sites especializados que versam sobre o assunto. Uma vez lido e compreendido o assunto, o mesmo foi transcrito para responder ao objetivo proposto. A pesquisa não foi ampliada para estudo de campo por trata-se de período excepcional de restrições em virtude da pandemia de Corona Virus no Brasil.

Para melhor compreensão, identifica-se que esse artigo está dividido em partes distintas, a saber: No capítulo 1 apresenta-se o tema, as justificativas e objetivos. O

capítulo 2 descreve o a história da mulher na sociedade. No capítulo 3 é apresentado o início dos movimentos das mulheres no Brasil, nas decas de 80 e 90. O capítulo 4 mostra o histórico da participação das mulheres no mercado de trabalho e suas discriminações e explorações. Por fim, no capítulo 5, apresenta-se as análises e conclusões da pesquisa.

## **2. A HISTÓRIA DA MULHER NA SOCIEDADE**

Para Marx (1998) a história da produção e reprodução do ser social, ou seja, sua realização, só se efetiva pelo trabalho. A atividade profissional apresenta-se como a gênese da realização do ser social, condição para sua existência, constituindo assim o ponto de partida para a sua humanização. Dentro deste contexto, a cidadã só está completamente inserida através da atividade laboral, onde se realiza como pessoa.

Esse aspecto é muito interessante, conforme argumenta o relatório PNAD-IBGE (2011), afirmando que marca a evolução qualitativa da mão-de-obra feminina no Brasil, fenômeno que ocorreu de forma súbita, nos últimos anos. Se antes as mulheres no Brasil eram em sua imensa maioria domésticas e pequenas artesãs, a partir da década de 1970 conquistaram espaço em diversas profissões até então tidas como masculinas.

A tendência de crescimento histórico da participação feminina e concomitante declínio da participação masculina, na visão de Leme e Wajnman (2003) têm ocorrido na maior parte dos países do mundo e tende a acompanhar o processo de desenvolvimento socioeconômico e modernização das sociedades. Quanto aos homens, à perda de importância relativa da produção agrícola, a expansão dos sistemas educacionais, os maiores requerimentos dos mercados urbanos de trabalho em termos de qualificação coíbem o trabalho infantil e deprimem as taxas de participação daqueles muito jovens.

Por outro lado, Lavinias (1997) observa que o caso brasileiro parece se diferenciar da situação detectada no cenário internacional, em que as mulheres estariam prejudicando os homens na disputa por espaço no mercado de trabalho, já que elas, além de se beneficiarem da maior criação de empregos nas atividades tipicamente femininas (setor de serviços em especial), estariam também penetrando nas atividades antes tipicamente masculinas.

No caso brasileiro, Lavinias (1997) afirma que as informações relativas aos anos oitenta e noventa sugerem um movimento na contramão desse processo, uma vez que se observa uma interrupção na tendência anterior de abertura de novas oportunidades de emprego para mulheres em espaços de produção tradicionalmente masculinos e, ao

mesmo tempo, há vários indicadores de crescimento da participação masculina na atividade em que as mulheres estiveram sempre confinadas.

Barros, Courseil, Santos (2001) assegura que não há evidências contundentes de que as ocupações tipicamente femininas remunerem muito pior em média do que as masculinas. Isso quer dizer que as categorias ocupacionais femininas são diferentes, mas não necessariamente piores do que masculinas, exceto pelo emprego doméstico.

As tentativas de captar os efeitos da oferta de trabalho na demanda agregada é resgatado na literatura. Estes estudos, conforme Scorzafave (2001) investigam os chamados efeito trabalhador adicionado e efeito trabalhador desalentado. O primeiro caso pode descrever uma situação de recessão onde mulheres casadas e filhos podem entrar na força de trabalho pelo simples fato do chefe da família estar desempregado. No efeito trabalhador desalentado, pode ser que com a recessão, a taxa de salário também caia fazendo com que muitas pessoas desistam de procurar emprego (o lazer fica mais barato).

Conforme Alves (2008) a inserção das mulheres no mercado de trabalho sofreu crescimento em todos os grupos etários, com exceção dos extremos: as mulheres muito jovens (10-14 anos) que deixaram as atividades rurais e passaram a frequentar a escola e as mais idosas (70 anos e mais) que passaram a ser cobertas pela previdência social. Para o autor, o maior crescimento da participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA) se deu nas idades entre 20 e 50 anos, em especial nas faixas sênior que possuem menores taxas de desemprego e maior nível de produtividade. O autor aponta ainda que as pesquisas demográficas mostram que, paralelamente à queda da fecundidade, aumenta o percentual de casais em que chefe e cônjuge trabalham e contribuem para o bem-estar familiar.

Durante a Antiguidade, como apresentado por Fourier (1996), a mulher era vista de uma forma negativa, em clara situação de inferioridade diante do homem. A história nos apresenta grandes navegadores, políticos, líderes, pensadores, imperadores, ou seja, apenas personagens do gênero masculino. Até mesmo na Grécia, notadamente em Atenas, a tão propalada “democracia”, excluía, dentre outros, às mulheres. Platão agradecia aos deuses pelo fato de ter nascido grego, livre e homem. Entre o povo de Israel, a situação não era diferente. Continua o autor afirmando que, organizado de forma patriarcal, o povo hebreu excluía a mulher tanto do exercício do governo civil, como de maior participação na esfera religiosa. E assim se seguem diversos exemplos de marginalidade social das mulheres, que perduraram com mais força até meados do século XIX..

O autor afirma ainda que mais adiante no período histórico, o pensamento socialista surge defendendo a igualdade entre os cidadãos como condição magna para o progresso social. Todo o argumento teórico foi elaborado de forma ampla pelos seus autores, não destacando a questão particular da mulher que de longa data sofria com abusos no trabalho. A exceção aparece em:

"O grau de emancipação das mulheres em uma sociedade é o termômetro geral através do qual se mede à emancipação geral".  
(FOURIER, 1996 p.87)

Na visão do autor, essa afirmação é usual até hoje, pois basta observar que nos países Ocidentais, onde as mulheres têm liberdade para trabalhar, a democracia é forte. O mesmo não acontece em regimes fundamentalistas, nos quais a mulher ainda é tratada como ser inferior e considerada incapacitada para o trabalho. Nestes tipos de regimes políticos, observamos que a emancipação não é geral e a democracia plena não existe.

## 2.1 Evolução Histórica

Souza (2005) apresenta que na pré-história é comum vermos dados ou notícias que envolvam os “homens das cavernas ou algo do gênero. Eles: caçadores, guerreiros, enquanto elas, apenas familiares e domésticas. É claro que não podemos dizer que a mulher não exercia esses papéis, mas restringi-la a apenas isso é algo cruel. Com a descoberta de dois fósseis femininos, Luzy e Luzia, notou-se que a mulher desempenhava grandes papéis, como a caça, ou até mesmo o corte de carnes ou o transporte de animais para o abate.

Avançando um pouco na história Lize (2008) comenta que na Grécia Antiga a mulher não podia participar ativamente da política ou questões sociais (como debates públicos e políticos). Ao sair de casa, tinham que usar véus que cobriam seu rosto além de sempre saírem acompanhadas. Para não serem mal vistas, não podiam também se comunicar com pessoas nas ruas.. Naquela época, não era oferecido ofertas de emprego para as mulheres, havia exceções no caso dela ser pobre ou necessitar de alguma ajuda financeira. Nesse caso, continua a autora, ver mulheres exercendo papéis como de enfermeiras, atrizes, jornalistas, entre outras profissões era algo impossível naquela época. Essa situação muda um pouco em Creta, onde mesmo que as mulheres ainda tivessem direitos e liberdades privadas, podiam participar de atividades religiosas e executar tarefas lado a lado dos homens.

Em relação a Roma Antiga Lize (2008) aponta que é notável, por meio da

observação de crenças e lendas romanas, associação da figura feminina a grandes acontecimentos. As romanas podiam comparecer a teatros, circos e anfiteatros, podiam trabalhar e estudar, mas, por mais que socialmente a mulher fosse livre para trabalhar e exercer outras funções, segundo a lei ela estava presa. Como as gregas, não podiam sair de casa sem o véu e nem ao menos ser tocadas, além de não terem uma participação ativa na política.

Por fim a autora conclui que a evolução histórica do papel da mulher na sociedade e no mundo do trabalho mostra a ausência de direitos que a mesma teve desde os primórdios da humanidade e devido a isso, vem buscando através de lutas e conquistas, sair da obscuridade e do anonimato.

A estrutura familiar conforme apresentado por Leal (1998), passou por modificações desde seu surgimento até os dias atuais em diferentes momentos, a mulher se sentiu em situação inferior ao homem, sendo isso reflexo das civilizações antigas em especial a romana e a grega, consideradas os iniciadores da instituição familiar, que formaram e conceberam ideias de que o homem era a fonte de direitos.

Para Leal (1998), para à análise da mulher, deve-se partir de um estudo sobre a origem histórica dessa opressão feminina, fazendo-se necessário também, abordar os movimentos que levaram as mulheres a reagir contra a sua submissão, opressão e inferioridade. Para tal, necessita-se abordar as legislações constitucional e civil para que se tenha a evolução cronológica das formas desenvolvidas dessas conquistas, realizadas de maneira lenta e muitas vezes com retrocessos. A luta e valorização das mulheres neste estudo não têm pretensões políticas e sim que sirva de análise para a valorização de suas conquistas.

Leal (1998) afirma ainda que a sociedade em grande parte sendo preconceituosa e machista faz com que muitas das disposições constadas em lei passem despercebidas, sem aplicabilidade e com isso, sem cobrança no sentido de proteção e aplicabilidade. Para que uma cobrança tenha autosustentação deve ser analisada e possuir consistência, caso contrário, seu valor é deixado de lado.

Na família Greco-romana, apresentado por Coulanges (1996) a situação da mulher era de inferioridade com relação ao homem, sendo subordinada a ele e a religião era o ditame da época, sendo portanto, a norma constitutiva da família, onde tudo girava em torno de um deus, sem regras e sem rituais. O autor afirma ainda que a mulher acompanhava a religião em sua casa e quando casava, tinha que seguir o culto dos deuses do marido e o que unia a família não era o amor e sim o culto aos deuses. Coulanges,

(1996) diz também, a mulher pertencia a seu pai e depois ao seu marido, nesta época, tão grande era sua inferioridade, que não podia fazer parte dos tribunais, sendo, portanto, o responsável pelos seus atos, o pai ou o marido.

Da família do século passado à contemporânea Coulanges (1996) mostra que várias transformações ocorreram. No século passado, a mulher e os filhos eram submissos ao pai e esse regime era chamado de patriarcal, onde os filhos eram educados para seguirem os mesmos preceitos, não tendo direitos nem vontade própria, seguindo assim, ritos e costumes que eram direcionados para a permanência e manutenção do patrimônio. O pai eram que julgava o errado ou o certo, era quem decidia o futuro dos filhos e a mãe, não podia dar opinião como também, não tinha nenhuma autoridade.

A filha mulher ao se casar, segundo Coulanges (1996), tinha que seguir os passos da mãe. Caso isso não acontecesse, restava-lhe a vida religiosa ou o celibato. Ao sair do lar onde foi criada, não podia trabalhar, estudar, não tinha vontade própria e sim, ser subalterna ao marido da mesma forma como fora sua mãe ao seu pai.

Finaliza o autor comentando que com toda essa opressão começa a surgir nas mulheres o desejo de liberdade e começaram a se debelar contra essa autoridade dos pais e maridos, começando a clamar por direitos, os quais lhes dessem igualdade frente aos homens para que pudessem também cumprir com suas obrigações. Dahl (1993) comenta que como dito por muitos, a mulher se subjugou ao homem por ser mais frágil e por ter o homem, o poder de direção e decisão. Mas na realidade, esse papel da mulher de opressão e submissão e o do homem de poder e decisão serviram para que cada um tivesse sua função dentro da sociedade, com seu preparo e educação diferenciados.

## 2.2 Revolução Industrial

Estudos de Pimentel (1998) demonstram que a primeira revolução industrial, iniciada na Inglaterra na década de 1760, mudou a situação do trabalho. Ela transformou a economia agrária e artesanal em economia industrial, redefinindo significativamente os papéis sociais de homens, mulheres e crianças. Na visão do autor, durante a maior parte da história escrita, a agricultura foi a principal ocupação humana e o trabalho físico pesado não se limitava aos homens. Afirma ainda que as mulheres que realizavam tarefas fisicamente exigentes, como moer grãos à mão com uma pedra, carregar água, recolher madeira, entre outras, além de já acumular atividades dentro e fora do lar.

Esse cenário, na visão de Priore (1997), levou ao desenvolvimento de espaços de

trabalho, como fábricas, onde os camponeses podiam ganhar um salário. Esses locais começaram a dividir homens, mulheres e crianças de acordo com os papéis adequados às funções que precisavam ser realizadas. Mulheres e crianças atuavam em ambientes apertados devido ao tamanho menor, e homens eram chamados para ocupações pesadas em razão da força mais robusta. A respeito observa Marx (1867):

A Revolução Industrial Inglesa no século XVIII, no bojo da ascensão do capitalismo, introduziu uma profunda mudança na concepção de trabalho. Antes desvalorizado e repudiado por ser realizado por servos e escravos, o trabalho passou a ser valorizado, representando a liberdade das pessoas na medida em que, por meio dele, poder-se-ia criar e transformar as coisas. [...] O trabalho produtivo é a premissa da existência humana. Por meio do trabalho, tanto as pessoas quanto a sociedade se desenvolvem. Nesse sentido, o trabalho pode ser uma atividade libertadora e, assim, tornar-se um dos fatores de auto-realização humana.

Por meio da força de trabalho, como bem apontou Marx (1867) pode-se produzir o necessário para a subsistência humana. Entretanto, a mesma mão-de-obra, num segundo momento, produz a mais-valia, o trabalho-excedente, cuja forma distingue as diversas formações econômicas.

Para Martins (2005), a produção excedente funciona como um combustível que retroalimenta o sistema capitalista, atuando especificamente como atividade conformadora e operacionalizadora da força de trabalho, cujos resultados se revertem diretamente em benefício da produção social em detrimento do trabalhador.

Assegura-se que Macedo (1985), que a história nos mostra são trabalhadoras/es assalariadas/os, cada vez mais alienadas/os e exploradas/os, trazendo à tona uma profunda questão existencial, uma vez que o trabalho perde sua característica de atividade fundamental, objetiva e humanizadora, cujos resultados retornariam diretamente em benefício do indivíduo que trabalha.

Macedo (1985), diz-se que no período da industrialização, as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, sendo delas grande parte das funções e lugares não qualificados. A divisão do trabalho estabeleceu-se assim com a justificativa de que as mulheres não detinham o conhecimento técnico para supervisionar os serviços. São essas posições fragmentadas do saber fazer e do ter o conhecimento técnico para determinado ofício, e, conseqüentemente, a valorização e remuneração dos respectivos trabalhos, que fazem com que as mulheres se organizem na tentativa de estabelecer relações igualitárias entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

A presença das mulheres no mercado de trabalho para Abramo (2000) representou uma mudança significativa na história. O trabalho, fora de casa, constituiu um importante mediador para que as mulheres exercessem atividades além dos muros de suas residências, ocupando posições sociais e determinadas atividades profissionais até então permitidas e validadas única e exclusivamente para homens.

As mulheres, como apresenta Fonseca (2000) ocuparam postos de trabalho nas indústrias de confecção, produzindo uniformes para soldados, paraquedas e outros artigos têxteis e para o vestuário. Foi o caso, por exemplo, na Alemanha, na França e na Inglaterra. As mulheres foram solicitadas também nos meios rurais, setor de extrema importância para a sobrevivência da população e que não poderia paralisar suas atividades enquanto a guerra persistia. Continua o autor citando que os primeiros trabalhos executados pelas mulheres, e reconhecidos pela sociedade, eram desempenhados em troca de uma refeição ou de uma quantia irrisória de dinheiro, remunerado, reconhecido socialmente e fora dos domicílios. Para as mulheres restaram às tarefas da casa, a educação dos filhos e a maternidade, que era responsável pela reprodução da força de trabalho. Todos esses trabalhos eram desempenhados pelas mulheres sem qualquer remuneração.

A revolução industrial, as guerras mundiais, o advento da automação e a produção cada vez mais acelerada no mundo da moda, para Fonseca (2000) não trouxeram para a indústria do vestuário o impacto de suas inovações, nem o reconhecimento da mão de obra e a libertação do fardo do trabalho para mulheres e homens. Mesmo que essas características sejam facilmente detectadas na indústria do vestuário, podemos afirmar que esse quadro não é determinado apenas por características econômicas e históricas, mas por distinção e construções sociais e espaços possíveis ocupados pelas diferenças de gênero.

Segundo Abramo (2000), na América Latina, entre a década de 1970 a 1990, houve um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, bem como das horas diárias e semanais dedicadas ao trabalho. Há uma continuidade das trajetórias laborais e aumento dos anos de vida economicamente ativos, nesse mesmo período, o nível de instrução das mulheres é superior ao dos homens no mercado de trabalho. A segregação ocupacional e a diferença salarial persistem, mas em menor escala. Por outro lado, a taxa de desemprego das mulheres continua sendo significativamente superior à dos homens e verifica-se o aumento da presença feminina nas ocupações precárias e pouco valorizadas socialmente.

Ressalta-se Abramo (2000) que afirma que o emprego nos aponta para a dimensão da exploração presente nas relações capital-trabalho e nas relações de gênero. Muitas mulheres, como forma de resistência, ainda rejeitam o emprego fora de seus domicílios por entenderem que o trabalho no espaço público é um mundo masculino, além de alienado, onde a mulher estará submetida à opressão e exploração. Mas por outro lado, as mulheres foram para o mundo do trabalho por razões econômicas, igualdades de direitos e construção de suas cidadanias.

Segundo Bruschini (1985), as mulheres estavam limitadas a ocupar o espaço doméstico enquanto o poder estava no espaço público delegado aos homens. Sendo assim, mulheres e homens vão construindo suas identidades a partir de espaços pré-definidos culturalmente, além da influência da pertença a uma determinada classe social. Mas o processo de construção da identidade não é determinado apenas pelos espaços pré-determinados onde mulheres e homens transitam. Esse processo é influenciado pelas ações carregadas de sentidos que vão desconstruindo e construindo novos lugares por meio da interação social. Quando as mulheres se inserem no espaço da produção, estão entrando em um mundo de exploração e dominação masculina. Se no espaço privado havia o controle da mulher pela via do corpo biológico, no espaço público as vias de controle e dominação masculinas se transformam apoiados no sistema capitalista em diversas formas, por exemplo, desigualdades salariais, feminização de algumas profissões e desvalorização do trabalho feminino.

Para Rosaldo (1995), a invisibilidade das mulheres ou de seus corpos no mundo do trabalho persiste na nossa sociedade influenciada pela forma como ocupamos esses espaços e pelos mecanismos sociais de dominação. Isso nos faz pensar que o corpo da mulher está ocupando um lugar onde os homens já não estão mais presentes. Muitas vezes esses lugares são apropriados pelas mulheres a partir da permissão dos homens.

### 2.3 Primeiro movimento das mulheres pelos seus direitos

Ao tratar sobre a relação entre democracia e participação Holsa & Pischedda (1993) afirmam que uma não existe sem a outra. Segundo as autoras, a democracia parece consolidar-se e ser consensualmente considerada como a melhor forma de organização da vida política e social, porém este processo vive uma crise interna de participação, que pode ser vista na falta de mobilização e motivação da população.

Na tradição marxista na visão de Gohn (2003) a participação assume um caráter

político, associada aos movimentos sociais e lutas pela transformação da realidade social, configuram-se os processos de participação e reivindicação do *status* de participativo. Neste caso, segundo o autor, a abordagem dos fatores políticos tem centralidade, e a política passou a ser enfocada do ponto de vista de uma cultura política resultante das inovações democráticas relacionadas com as experiências nos movimentos sociais.

Souza (2006) diz que quando falamos de participação social democrática, a entendemos enquanto participação direta, e não aquela representativa, tão comumente ouvida. O autor nos alerta que muitas vezes ao definir-se um país ou sociedade como democrático, geralmente fala-se de apenas um tipo de democracia - a representativa. Pensar a emancipação dos usuários dos serviços sociais na atividade profissional da assistente social é planejar formas políticas de participação que considerem fundamentalmente cada sujeito como único e dotado de concepções próprias e particulares de mundo e da realidade.

Mas, como nos mostra Souza (2006) a representação, diferentemente da delegação, significa alienar poder decisório em favor de outrem. Porém, como já assinalado no início deste tópico, vive-se hoje o que se pode chamar de uma crise participativa entendida por Holsa & Pischedda (1993) como apatia política.

Pode se entender melhor esta conjuntura com a descrição feita por Caccia-Bava (2002), segundo este:

Vivemos um momento em que nossa sociedade se regula pela lógica do mercado: impõe-se um padrão de sociabilidade individualista, privatista, competitivo, concorrencial, que desrespeita o interesse público e a ética democrática. O egoísmo, o autoritarismo e a violência se impõem como elementos que estruturam a convivência social. A democracia e a cidadania como valores não encontram espaço dentro desta lógica.

No entanto, cabe salientar que existem também aqueles que reivindicam por mais participação social e política, porém, estes muitas vezes encontram muitos obstáculos à plena participação. Estas manifestações acontecem em um contexto desfavorável, no seio de uma sociedade fragmentada, onde muitas vezes a participação é barrada por questões objetivas como falta de tempo, ou mesmo de consciência política. Fatores relevantes quando se trata de participação feminina, como veremos à frente.

Holsa & Pischedda (1993) falam do contexto social e político chileno, no entanto podemos traçar um paralelo com a realidade brasileira. Em seu livro *Mujeres, Poder y*

Política destacam quatro atores envolvidos na tarefa de ampliar a democracia, considerando que existem graus de compromisso e responsabilidade diferentes entre eles. Os atores são: Estado, partidos políticos, a academia e os movimentos sociais.

### **3 O INICIO DOS MOVIMENTOS DAS MULHERES NO BRASIL**

No Brasil, Cabral (2010) aponta que a mulher começou a ingressar no mercado de trabalho formalmente nos anos 1970, aonde começou a ter registro em carteira de trabalho e salários pelos seus serviços. Mas ainda os serviços relacionados a elas era que exigiam as formas de cuidados, como serviços domésticos, enfermeiras, professoras, educadoras em creches, enquanto nas indústrias a sua parcela de participação ainda era muito pouca. O autor afirma ainda que o Brasil tinha e tem como característica a agricultura com principal meio de recurso produtivo do país, que naquela época as mulheres trabalhavam também em áreas rurais, vendo que se acrescia a participação das mulheres no trabalho, começaram a ver a necessidade para criar direitos das mulheres nos seus serviços, começou assim os primeiros movimentos feministas no Brasil.

#### **3.1 Década de 80**

Na visão de Cabral (2010), com o aumento das mulheres trabalhando, notou - se que havia uma grande discriminação em relação às mulheres por estarem economicamente ativas e com isso se tinha e ainda tem desigualdades salariais, preconceito em relação a sua capacidade de trabalho, tornando o trabalho delas inferior em relação ao dos homens. Bianchi (1998) argumenta que por essa razão os movimentos feministas aumentam buscando emancipação do horizonte de sua participação social, econômica e política no Brasil. Neste período ainda se tinha como forma de governo a ditadura militar, no qual esses motivos dificultavam e restringiam cada vez mais movimentos que reivindicassem qualquer tipo de melhoria.

O autor afirma ainda que apesar disso tudo o movimento se intensificou e era levado aos grandes centros, e com isso aumentava a possibilidade para discussões de seus ideais e sexualidade: denunciava - se e combatia a violência contra a mulher e enfrentava de forma mais aberta às contradições de seu papel familiar. Um fato importante ocorreu no ano de 1988, pois na Constituição Federal a mulher conquistou a igualdade política e jurídica referente ao homem, a partir disso a capacidade que a mulher já tinha de exercer funções denominadas a homens passa a ser uma obrigação da sociedade e justiça.

Nos anos 80 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Na visão de Moraes (1996), explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular. Ao mesmo tempo em que se alastrava pelo país a consciência da opressão específica da mulher, os grupos feministas atomizavam-se.

Na visão do autor, esvaziaram-se os grupos formados em torno da bandeira da opressão feminina e ganhou força uma atuação mais especializada, com uma perspectiva mais técnica e profissional. Muitos grupos adquiriram a forma de organizações não-governamentais (ONGs) e buscaram influenciar as políticas públicas em áreas específicas, utilizando-se dos canais institucionais. A institucionalização do movimento implicou, então, seu direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras (como, por exemplo, aquelas relacionadas à saúde da mulher e aos direitos reprodutivos).

Por fim, Moraes (1996) afirma que dentro da tendência à especialização, desenvolveu-se também a pesquisa acadêmica sobre mulher, além da explosão do tema no mercado editorial. No plano governamental, criaram-se conselhos da condição feminina, em todos os níveis, federal, estadual e municipal. A questão da violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias e, finalmente, no fim da década de 80, como saldo positivo de todo este processo social, político e cultural, deu-se uma significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal.

### 3.2 Década de 90

Cita Bianchi (1998) que na década de 90 houve uma grande taxa de desemprego no país e as mulheres por estarem a maior parte em trabalho operacional foram as que mais sofreram com isso e as que estavam empregadas tinham salários muito diferenciados em relação aos homens e um grande problema social, pois o governo investia muito pouco em creches, escolas e hospitais. Com essa conquista de igualdade social e trabalhista perante a Constituição Federal as mulheres tiveram um grande avanço

social, mas ainda sofriam com a desigualdade, principalmente em relação a questão salarial. Na visão do autor, Outro fator que se acentuou no nesse período foi o assédio moral e sexual em relação as mulheres, pois o mercado era ocupado em sua grande parte por homens e quando a mulher tentava uma vaga de emprego em determinada área ela deveria ter além de conhecimento específico e a beleza física, pois era considerado como fator de seleção. Por essa razão muitas mulheres se preparavam estudando e investindo em cursos para ocupar cargos que para os homens não seria necessária essa qualificação.

Apesar de tantas dificuldades, afirma Pochmann (2001) que as mulheres conquistaram um espaço de respeito dentro da sociedade. As relações ainda não são de igualdade e harmonia entre os gêneros femininos e o masculino. O homem ainda atribui à mulher a dupla jornada, já que o lar é sua responsabilidade, mas muitos valores sobre as mulheres já estão mudando. Neste caso, completa o autor, o homem também está em conflito com o papel que foi construído socialmente para ele, hoje ser homem não é nada fácil, pois as mulheres passaram a exigir dele um novo comportamento, no qual não basta o homem fazer o seu trabalho como forma de sustento da casa, mas necessita também auxiliar a mulher em afazeres domésticos, pois a mulher também está nesta mesma busca de melhor condição de vida e com isso o homem tem que conciliar seu trabalho e também o trabalho doméstico.

Na década de 1990 o movimento feminista já era assunto de memória e de história no Brasil. Soares (2001) apresenta que muitas de suas antigas militantes tornaram-se profissionais da causa da mulher e passaram a exercer funções em ONGs, nas universidades e centros de pesquisa, em setores dos serviços públicos que lidavam com educação, saúde e justiça. Algumas ocupavam cargos eletivos e tornaram-se profissionais da política.

Soares (2001) apresenta ainda que nesse período de 1990 a temática do “gênero” ou da construção social das diferenças entre os sexos pareceu tomar um novo alento, levantada por uma nova geração de militantes nascidas nos anos 1960 e 1970. No meio rural é importante mencionar o movimento dos sem-terra durante os anos 1990, no qual jovens agricultoras se engajaram nas lutas agrárias às quais, pouco a pouco, foram incorporando questões ligadas à educação discriminatória, à violência, ao controle da reprodução. No meio urbano outras jovens, oriundas das camadas médias ou populares, tendo frequentado cursos universitários ou técnicos profissionalizantes ministrados por feministas, desempenhavam atividades profissionais em ONGs específicas ou em serviços públicos administrados por prefeituras de esquerda (principalmente pelo PT) e

trabalhavam em projetos voltados para as mulheres. O autor finaliza por apresentar que em 1994 e 1995 o movimento Articulação de Mulheres Brasileiras mobilizou centenas de brasileiras para redigir um documento para a IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher. Nesse período, 91 eventos mobilizaram mais de oitocentos grupos femininos em todo o país.

A divisão internacional do trabalho, na concepção de Pochmann (2001) impõe uma nova forma de realocação do espaço. As grandes corporações decidem pela localização de uma planta com base em aspecto como: custos da mão-de-obra, transportes, existência ou não de regulamentação trabalhista, etc. Já o setor produtivo é deslocado para regiões onde os custos com a mão-de-obra são baixos, a regulamentação é ineficaz e as leis trabalhistas são brandas. Isso faz com que as desigualdades entre centro e periferia se tornem cada vez mais acentuadas.

O centro da economia mundial representa o lócus do poder de comando, sendo predominantemente às atividades de controle do excedente das cadeias produtivas, bem como da produção e difusão de novas tecnologias. A periferia assume um papel secundário na estrutura do poder mundial, sendo lócus subordinado às lógicas financeiras e creditícias, assim como na apropriação do excedente econômico e dependente na geração e absorção tecnológica. (POCHMANN, 2001, pag. 16)

O Brasil participou deste processo e de acordo com Pochmann (2001), do final dos anos setenta até metade dos anos oitenta, o país passou por um grande avanço tecnológico. A difusão de novas tecnologias e a adoção de novas rotinas produtivas permitiram a realização de um diagnóstico otimista em relação ao futuro da economia nacional. A absorção das tecnologias microeletrônicas juntamente com a implantação de novos modos de organizar a produção e a criação dos círculos de controle da qualidade levaram o país a idealizar um futuro próspero, com ampliação do parque industrial, aumento da oferta de emprego, desenvolvimento de novas tecnologias e modos de gerir e organizar o processo produtivo.

Na visão do autor, sendo assim os países ditos “periféricos”, que é o caso do Brasil, são os que mais sentiram os impactos deste novo paradigma produtivo criado pela globalização, e foram castigados por não disporem de grandes centros de pesquisa e desenvolvimento e por oferecerem uma mão-de-obra barata, ou seja, são os mais visados para implantação de plantas industriais e conseqüentemente para a exploração de mão-de-obra.

Dentro do conjunto das transformações vividas pelo sistema econômico nacional

nas últimas décadas, o mercado de trabalho merece destaque. Antunes e Alves (2004) apontam que o mercado de trabalho assistiu a um duplo movimento. Por um lado, houve o aumento do desemprego estrutural (postos de trabalho humano substituído por máquinas), por outro lado, ocorreu uma expansão do setor de serviços, que permitiu a ampliação do número de assalariados, embora, esta expansão tenha se dado em condições bastante precárias e com baixos níveis de remuneração, ela exerceu forte influência na esfera do trabalho. O autor apresenta ainda que além desse duplo movimento, vale destacar que o mercado de trabalho também presenciou um aumento da participação das mulheres na composição PEA, maior flexibilização do trabalho e aumento da instabilidade no emprego. Com isso o termo “trabalho” ganhou nova concepção, se tornou mais abrangente e para que seja possível a compreensão da nova forma de ser do trabalho, deve-se destacar que:

Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. (ANTUNES e ALVES, 2004, pag. 7)

A classe trabalhadora, hoje, também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, part-time, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui, ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados. (ANTUNES e ALVES, 2004, pag. 7).

A década de 90 na concepção de Bertuzzi (2007) representou para o mercado de trabalho brasileiro um período de intensas transformações, pois, “além do aumento do desemprego a níveis nunca antes vistos [...], observou-se um aumento nas formas de trabalho informais e não assalariadas e também que as ocupações criadas costumam ser de menor qualidade”. Somando-se a isso o fato de grande parte destes postos de trabalho ser de baixa produtividade e principalmente de precárias condições, chega-se a conclusão de que o Brasil, com a abertura comercial, retrocedeu no tempo principalmente no que se refere à oferta de postos de trabalho e a configuração do mercado de trabalho com um todo.

Porém, Pochamann (2001) ressalta que no emprego formal houve melhora do ponto de vista do avanço da escolaridade, sendo que este fato não aponta necessariamente para a existência de requisitos adicionais no conteúdo dos postos de trabalho, mas

possivelmente para a demanda insuficiente de trabalho por parte das empresas. Com um número muito maior de desempregados os empresários, que possuem um leque muito amplo de opções, acabam por escolher os trabalhadores melhor qualificados, aqueles com um nível de escolaridade superior e isso independe de ocorrer mudanças nas funções de trabalho, ou não.

O autor aponta que o nível educacional é um fator determinante na corrida por uma oportunidade no mercado de trabalho. Na teoria, à medida que a população de um país se qualifica melhores são as condições de empregos colocados a disposição destas pessoas e quanto melhor a qualidade do emprego, melhores serão os níveis salariais dos trabalhadores. no caso brasileiro, o período que vai de 1992 a 2002 é marcado por uma queda da renda média dos trabalhadores com nível superior, com 15 anos ou mais de escolaridade.

#### **4 HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO**

A conquista da mulher por um espaço no mercado de trabalho, nas pesquisas de Mourão (2006) começou no início do século XIX, quando a sociedade acreditava que o homem era o único provedor das necessidades da família, tendo a mulher à função de mantenedora do lar e educadora dos filhos. Neste caso, as mulheres quando ficavam viúvas ou pertenciam a uma classe mais pobres da sociedade, eram obrigadas a trabalharem fora de suas casas para ter condições de cuidar dos seus filhos com atividades que tinham um retorno financeiro.

Mourão (2006) aponta também que dentre as principais atividades realizadas, destacam-se: a fabricação de doces por encomendas, o arranjo de flores, os bordados e as aulas de piano. Além de serem pouco valorizadas essas atividades eram mal vistas pela sociedade, o que dificultava a conquista das mulheres por um espaço no mercado de trabalho. Mesmo assim, algumas conseguiram transpor as barreiras do papel de ser apenas esposa, mãe e dona do lar.

No século XIX a consolidação do sistema capitalista proporcionou inúmeras mudanças no processo produtivo das empresas e na organização do trabalho feminino. Com o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento industrial, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas. Desde então, algumas leis passaram a

beneficiar as mulheres, e essas leis foram feitas na Constituição de 1932, que diz o seguinte:

Sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente ao salário igual; veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 da manhã; é proibido o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; é proibido despedir a mulher grávida pelo simples fato de gravidez.

Para Mourão (2006), com essa lei as mulheres puderam ter na teoria o que na prática ainda não havia acontecido que era o direito de melhores condições de trabalho, pois até então não se falava nada de melhorias ao seu trabalho e também benefícios para cuidar dos afazeres domésticos.

#### 4.1 Discriminação e exploração em relação a mulher no trabalho

Costa (2006) afirma que mesmo com as conquistas no mercado, não foi tão fácil para as mulheres trabalharem, pois apesar de ter a lei ao seu favor elas eram submetidas a longas jornadas de trabalho chegando de 14 a 18 horas consecutivas. A justificativa para esses acontecimentos está centrada no fato da sociedade acreditar que o homem representa o papel de chefe de família e tem o dever de trabalhar para o sustento da casa, não havendo necessidade da mulher buscar fora de casa uma renda para ajudar nas despesas domiciliar. Afirma o autor que apesar de essa ideologia ser de um tempo passado às mulheres ainda sofrem mesmo que em proporção menor algum tipo de discriminação nesse sentido, mas por outro lado isso vem se reestruturando, pois, a própria sociedade vê hoje a necessidade e capacidade da mulher atuar no mercado de trabalho e cuidar dos afazeres domésticos.

#### 4.1 Divisão Sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho, na opinião de Hirata (2002) tem ganhado ênfase com o aumento da participação feminina na composição da força de trabalho e exerce considerável peso na distribuição de oportunidades. Nas ofertas de postos de trabalho, existe uma distinção entre os oferecidos para o trabalhador do sexo masculino, geralmente os que requerem mais qualificação, que envolvem tecnologias avançadas, etc., e os disponíveis às mulheres, na maioria das vezes, são as tarefas rotineiras que exigem movimentos repetitivos, pouco qualificados e em condições precárias.

Nesse caso aponta o autor, as mulheres são preparadas, desde a infância, para o trabalho produtivo, para as chamadas profissões femininas, geralmente, sem qualificação e com salários muito baixos. Elas são destinadas a trabalhar no setor secundário e na prestação de serviços, pois, possuem algumas qualidades que são quase exclusividades femininas, tais como: paciência, habilidade com as mãos principalmente, destreza, meticulosidade, atenção. Isto faz com que elas sejam muito visadas para tarefas onde estas qualidades são indispensáveis, e onde os homens não conseguem obter muito êxito. O trabalho feminino era, portanto, visto somente como complemento do masculino.

Já para Torres (2006), de acordo com a história a divisão sexual do trabalho sempre existiu nas distintas formas de organização social. Desde o surgimento da humanidade, já existia distribuição de papéis diferenciados para homens e mulheres e com o passar do tempo essa diferenciação tornou-se cada vez mais evidente, levando a uma mentalidade global de que os afazeres domésticos, os cuidados com os filhos são funções femininas enquanto o papel de provedor do lar, responsável pelo sustento da família, através da realização de atividades econômicas foi designado à figura do homem. Desse modo, a divisão sexual do trabalho na família funciona no sentido de estabelecer o lugar dos homens e das mulheres não só na família, mas também na sociedade.

Nas sociedades primitivas, as mulheres eram encarregadas das atividades que podiam ser desenvolvidas mais perto de casa e dos filhos, como cozinhar, confeccionar o vestuário, transportar a água, colher os frutos e moer os cereais dentre outras. Já os homens estavam voltados para as tarefas que tinham em comum o fato de serem desenvolvidas longe do ambiente doméstico, bem como também exerciam atividades que exigiam maior força física, como, por exemplo, cortar lenha, caçar, pescar, construir as casas. O ponto que cabe ressaltar é que as atividades desempenhadas pelos homens eram sempre consideradas como as de maior prestígio, não importando quais fossem. (OLINTO e OLIVEIRA, 2004; pg 32)

Assim, não se pode conceber a divisão sexual do trabalho como algo natural, devese entendê-la como algo fruto da organização da sociedade, onde a cultura, a religião e o mercado podem estar diretamente envolvidos na construção destes padrões de comportamentos distintos entre homens e mulheres, que seja no trabalho produtivo ou reprodutivo. Essa questão nos mostra que a divisão sexual do trabalho perpassa fortemente não só a relação entre produção e reprodução, mas também uma relação de gênero muito acentuada. (TORRES, 2006, p.5)

Segundo estudos realizados pela Fundação Perseu Abramo (2001), no Brasil os

homens ainda são maioria dos responsáveis pelo sustento da família, 68% contra 30% das mulheres, mas vale destacar que o número de mulheres como chefes de família vêm aumentando de forma contínua nos últimos anos. A proporção de homens ocupando cargos de chefia é muito superior de mulheres, 68%, 37% respectivamente. Na administração da renda a diferença é menor, 52% para homens e 47% para mulheres. Mas a diferença mais alarmante está no que diz respeito aos afazeres domésticos onde as mulheres representam 96% das responsáveis pela realização destas tarefas, contra apenas 2% dos homens.

Conclui Hirata (2002) que onde o homem é o ser dominador e a mulher o oprimido. A divisão sexual do trabalho não é dada, ela evolui de acordo com a evolução da sociedade na qual encontra-se inserida. Atualmente pode-se verificar que em países onde o sistema capitalista vigora os padrões de segregação, discriminação e informalidade com relação a gênero no mercado de trabalho, podem ser influenciados por uma série questões culturais de um lado e pela carência de políticas públicas específicas, que se destinem a dar melhores condições para inclusão da mulher, no mercado de trabalho e na própria sociedade, particularmente em países em desenvolvimento, através de programas de treinamento ou políticas anti discriminatórias.

Esta talvez, na visão de Kon (2005) seja a melhor maneira de garantir as mulheres maior igualdade e também uma redução das discriminações sofridas por elas. Cabem ações sociais imediatas para solucionar este problema que persiste a tanto tempo e que é tão prejudicial. Afinal a luta feminina é por igualdade de oportunidades, de salários e de tratamento.

#### 4.2 Contexto social e cenário

O mundo competitivo e com grandes avanços tecnológicos, como apresenta Wunsch Filho (2004) passou a demandar, a partir do final do século passado, novas formas de organização do processo produtivo. Essas mudanças geraram um novo modelo capitalista, fazendo emergir a especialização flexível. As terceirizações, o trabalho em tempo parcial, os contratos informais e outras formas alternativas de acordos tornaram-se, para alguns empregadores condições para sobreviverem e se manterem competitivos nesse novo cenário, marcado pela desarticulação das formas tradicionais de trabalho. A crença no emprego estável, bem pago e por tempo indeterminado, construída no auge do capitalismo industrial no pós-Segunda Guerra Mundial, desmoronou.

Esse cenário, na concepção de Bruschini e Lombardi (2003), abriu espaço para a

maior participação da mulher no mercado de trabalho, não só pela necessidade de complementação da renda familiar, mas também pela quebra de padrões comportamentais que essas mudanças trouxeram.

As mulheres, como apresenta Perrot (2007) deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal elas são apenas mulheres cuja vida não conta muito.

Nasser (2004) comenta que após as grandes Guerras Mundiais, intensifica-se a entrada feminina no mercado de trabalho, por diversas razões e movimentos mundiais. Enfrentando dificuldades e preconceitos, em um primeiro momento, as atividades exercidas não eram bem vistas e muito menos valorizadas pela sociedade. Nas décadas de 1960 a 1970, os movimentos emancipatórios forma o início desta transformação. A partir dessas décadas, houve um significativo acréscimo de mulheres entre estudantes universitários e passaram a considerar a carreira tão importante quanto a função procriadora.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das bases bibliográficas analisadas, do estudo realizado verificou-se as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no tocante a inserção no mercado de trabalho. Como proposto neste trabalho objetivou-se mostrar a evolução das mulheres no mercado de trabalho, trazendo de forma objetiva essa trajetória.

Os movimentos feministas e a relativa emancipação da mulher destacaram a importância das relações entre os gêneros. Este debate, que perpassa por todas as esferas sociais, também é enfrentado no âmbito das relações trabalhistas.

A evolução das mulheres no mundo do trabalho fez com que suas características fossem se alterando, passando a ocuparem postos de trabalho tidos como masculinos. A luta por um espaço, por igualdades de salários e igualdades de tratamento foram e continuam árduas, mas ainda permanecem situações de desigualdade quanto a oportunidade, quanto a cargos e salários e ainda questões mais explicitamente violentas como assédios e discriminações.

A contribuição do trabalho das mulheres foi ressaltado pelos diferentes autores sendo fator de importância para a economia e crescimento dos países desde os tempos da

Revolução Industrial e de sua generalização com nuances de acordo com cada contexto global. Chegando nos dias atuais o mercado de trabalho teve alterações na questão da forma em que se prepara para o mesmo, onde se busca qualificação e também experiência na área em que se atua.

A forte entrada das mulheres nas universidades produziu um impacto nas carreiras profissionais de prestígio, onde antes predominavam os homens. Hoje elas estão ocupando postos cada vez mais elevados em empresas, e estão se inserindo de forma consistente nas carreiras técnicas e científicas.

## REFERENCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 6° ed, 2002.

ALVES, José Eustáquio Diniz. A transição demográfica e a janela de oportunidade. Pesquisa do Instituto Braudel - São Paulo, 2008

ALVES, José E. D.; BRUNO, Miguel A. P. População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica? Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP (www.abep.org.br) 2006.

BARROS, Ricardo P., CORSEUIL, Carlos H., SANTOS, Daniel D., FIRPO, Sergio. Diferenças por sexo e conseqüências sobre o bem-estar. IPEA, Texto para discussão n. 796. Rio de Janeiro, IPEA, junho, 27pgs. 2001.

BERTUZZI, Laura. As Transformações do Mercado de Trabalho Brasileiro a Partir de 1990 Frente às Transformações do Capitalismo no Final do Século XX. Florianópolis, UFSC, 2007.

BIANCHI, A. M.; PASTORE, J. Trajetórias Ocupacionais no Brasil. São Paulo, 1998.

Bruschini, M. C. (1985). Mulher e trabalho. Década da mulher. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.

CACCIA-BAVA, Silvio. **Participação, representação e novas formas de diálogo público.** In: CACCIA-BAVA; PAULICS; SPINK (Org.) Novos contornos da gestão local: conceitos em construção São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2002.

CABRAL, Márcia Regina. Análise história da participação da mulher no mundo do trabalho. Ed. São Paulo, 2010.

COULANGES, F. de. A Cidade Antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. São Paulo: Hemus, 1996.

DAHL, T. S. O Direito das Mulheres - Uma Introdução à Teoria do Direito Feminista, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

FOURIER, Charles, Theory of the four movements, Cambridge University Press, 1996.

HOLA, Eugenia; PISCHEDDA, Gabriela. **Mujeres, poder y política:** nuevas tensiones para viejas estructuras. Santiago de Chile: Centro de Estudios de la Mujer, Ediciones – CE,. 1993.

HIRATA, Helena. Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. ISBN, São Paulo 2002.

KON, Anita. Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: repercussões sobre o mercado de trabalho.2005.

LAVINAS, Lena. Emprego Feminino: O que Há de Novo e o que se repete. Dados., vol.40.

MARX, Karl, O Capital. Edição Condensada. Bauru – SP. Edipro 1998.

Marx, K. (1968). O capital: crítica da economia política (R. Barbosa e F. R. Kothe, Trans.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Trabalho original publicado em 1867).

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Mulheres em movimento São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985 e Vinte anos de feminismo.

NASSER,Lia **Mulher no mercado de trabalho.** São Paulo 2004.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres** / Michelle Perrot; [tradução Angela M. S. Côrrea]. São Paulo: Contexto, 2007.

POCHMANN, M. A Década dos Mitos. São Paulo: Contexto, 2001.

POCHMANN, Marcio. O Emprego na Globalização: A Nova Divisão Internacional do Trabalho e os Caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo, 2001. Boitempo editorial. 1º ed.

Rosaldo, M. (1995). O uso e o abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural.

SCORZAFAVE, Luiz Guilherme Dácar da Silva. A evolução e os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro Dissertação - Mestrado. São Paulo : FEA/USP, 2001. P.65.

SOUZA, Marcelo de. **Mudar a Cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.4. ed. . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Rainer Gonçalves, O cotidiano da mulher na pré-história. 2005.

SOARES. Vera. Movimento feminista. Paradigmas e desafios. Estudos Feministas, 2o Semestre. Rio de Janeiro. 2001

TORRES, Maria Adriana da S. A Divisão Sexual do Trabalho: a inserção da mulher no mundo do trabalho.

OLINTO, Gilda; OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. A Inserção no Trabalho Segundo a Condição na Família: dados da PNAD 2001

WUNSCH FILHO, V. Perfil epidemiológico dos trabalhadores. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. Belo Horizonte, v.2, p-103-117, Abr/Jun.2004.